



Os índios do Estado apostam na Constituição, como um aliado importante na luta para recuperar os 50 mil hectares perdidos

Índios querem as terras de volta

Por CARLOS WAGNER
Edição Local/ZH

Os bugres preparam-se para reaver os seus territórios demarcados, que foram tomados pelo Estado e pelos camponeses nas últimas sete décadas, no Rio Grande do Sul. Para entrar nesta briga os indígenas adestram-se no uso de uma nova arma: a Constituição Federal, que garante o direito deles a estas terras. Nos meados deste século eles possuem 12 reservas, que somavam 100 mil hectares, povoados por preciosos pinheiros. Hoje o número de reduções permanece quase o mesmo, mas eles perderam 50 mil hectares, onde foram feitos vários projetos de reforma agrária, parques florestais e até vilarejos.

Nestes anos, o território indígena foi encolhendo, enquanto a população nas reservas crescia. Graças aos remédios dos brancos, como as vacinas, a população nas reservas cresceu de 2.500 pessoas para 10 mil pessoas. São minifundiários, que vão legar às futuras gerações a forte possibilidade de se tornarem sem-terra e serem empurrados para o norte do País. Um destino que eles e as entidades que os apóiam não aceitam. Já os camponeses não querem nem ouvir falar em devolver as terras para os índios, que julgam já terem glebas demais. A questão também preocupa o Estado, admite o secretário da Agricultura e Abastecimento, Marcos Palombini.

As lideranças indígenas têm consciência da preocupação dos brancos com a possibilidade de terem que devolver os 50 mil hectares, ou indenizá-los. E brigar no campo legal e não "no tiro" foi uma estratégia pensada pelas novas lideranças indígenas, que tiveram influência na formação política das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Antepassados

As lideranças indígenas escolheram a tática de enfrentar o braço do campo legal, depois que fizeram uma análise dos confrontos dos seus antepassados com os colonizadores, comentou Arnesto

Faria, da reserva de Votouro, São Valentim. Nestes confrontos os colonizadores eliminaram a maioria das 30 tribos indígenas que perambulavam pelo território gaúcho até o século XVIII, entre elas os minuanos e os charruas. No início deste século sobreviveram apenas duas — caingangues e guaranis — que foram preservadas. Segundo os historiadores, porque as autoridades da época eram fortemente influenciadas pelo positivismo.

Há um relato no livro *Assumplos do Rio Grande do Sul*, de João Cezimbra Jacques, editado em 1912, que ilustra bem esta preocupação: "...vieram três chefes da tribo guarani que vive na Serrinha falar com o senhor Raul Abbot, que não só ouviu as suas reivindicações, como os hospedou em sua casa, onde sua filha executou peças musicais ao piano para eles..."

A primeira demarcação de terras indígenas no Rio Grande do Sul aconteceu em 1910. Na época havia sido criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), de âmbito federal, que repassou ao Estado a tarefa de cuidar dos indígenas. Na ocasião, segundo um relatório datado de 1921 entregue pelo secretário de Estado dos negócios das obras públicas, engenheiro Ildefonso Soares Pinto, ao então presidente do Estado, Borges de Medeiros, existiam as seguintes reservas: em Erechim, Votouro com 3.063 hectares, Ventarra com 753 e Lagoado Liso com 313; Santa Rosa, Inhacorá com 8.023 hectares; Soledade, Lagoão (área indefinida); Palmeiras das Missões, Guarita 23.183 hectares, Serrinha 11.960 e Nonoai 34.908; Passo Fundo Toldo do Carreteiro 5.900 hectares e Lagoa Vermelha com Fachinal 5.676, Caseros 1.004 e Ligeiro 4.552 hectares.

Os colonizadores

Nos anos 60, enquanto a industrialização do Brasil firmava-se no eixo Rio/São Paulo, nas colônias gaúchas as estradas de ferro valorizavam as terras e criavam novas frentes de colonização. A superpovoação dos minifúndios obrigava os jovens colonos a procurar terras novas, para constituir suas famílias. Eles já não estavam disponíveis em duas partes do Estado: no sul e no norte. No sul eram ocupadas pelos estancieiros que detinham o

poder político e econômico do território gaúcho e não abriam mão de um palmo de chão para os "gringos". No norte, essas terras eram em áreas indígenas. Segundo o professor Santo Reni Florão, do Centro de Pesquisas Econômicas da Universidade de Cruz Alta, quando os imigrantes chegaram aqui, começou a ser colocada em prática a "operação limpeza nas áreas indígenas", que consistia em empurrar cada vez mais os índios para o norte do território gaúcho, até forçá-los a sair do Estado.

Na década de 60 o governo do Estado oficializou o seu avanço nas terras indígenas. "Naqueles tempos as reservas já estavam infestadas de brancos e mestiços, o Governo apenas oficializou a retirada dos índios", disse o engenheiro Antônio Pereira de Souza, encarregado da extinta Diretoria de Terras e Colonização, da Secretaria da Agricultura, órgão que cuidava da política fundiária gaúcha. "Estes intrusos foram colocados nas áreas indígenas pelo SPI, que arrendava terras aos brancos e vendia a madeira dos índios", acrescentou Rodrigo Venzon, presidente da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI).

Em 1962 o Governo já tinha extinguido as reservas de Ventarra, Lajeado Liso, Lagoão, Serrinha e Caseros. Os moradores destas reservas foram espalhados pelas restantes, que sofreram modificações nas suas áreas. A de Faxinal passou a chamar-se Cacique Doble e teve a sua extensão aumentada em mais 1.000 hectares. Ligeiro e Guarita permaneceram com a mesma área. Guarita, na década de 80, foi dividida em duas, graças a uma briga entre os caingangues. Carreteiro perdeu 5.300 hectares, Votouro 2.773, Inhacorá 7.060. Nonoai foi a que mais perdeu área: 29.988 hectares.

Além destas áreas que possuem documentação oficial, os indígenas estão reclamando uma gleba de 250 hectares em Iraí, onde foi construído um aeroporto pelo município, e outra de 300 hectares na Barra do Ouro, em Osório, segundo Francisco Souza, delegado da Fundação Nacional do Índio (Funai), que substituiu em 1973 o SPI. "O surgimento da Funai foi apenas uma simples troca de sigla", comenta o frei Ângelo Bueno, coordenador do Centro Indigenista Missionário (CIMI).

Em busca do que restou do passado

ZERO HORA
04/06/89

A noite de São João do ano de 1962 foi uma das mais frias na história da região de Erechim. Por volta da meia-noite, na reserva indígena de Votouro, no interior de São Valentim, o garoto caingange Lutz Oliveira, a pedido da mãe, foi atizar o fogo de chão. Assim que as chamas se fortaleceram e iluminaram o casebre com luz amarelada, ele gritou para a mãe que o pai Frederico não estava em casa. A mulher começou a chorar, e a cantarolar uma música triste. Oliveira levou o caso aos mais velhos da tribo, que o aconselharam a sair à procura do pai.

Ele já sabia onde procurar. O pai havia voltado para Ventarra, uma reserva indígena localizada no interior do município de Getúlio Vargas. Naquela noite Frederico iniciou uma caminhada de 10 quilômetros rumo a Ventarra, onde chegaria uma semana depois. A muito custo foi convencido a voltar a Votouro. Ele repetiria esta façanha mais vezes, até que numa destas caminhadas morreria atropelado por um trem, em Erechim.

Hoje a história de Frederico serve como um referencial para as novas gerações de caingangues lembrarem o sofrimento dos "antigos" com a extinção da Ventarra, que fez parte de um conjunto de quatro reservas extintas pelas autoridades daqueles anos para fins de reforma agrária para os colonos — que os caingangues chamam de portugueses. Passados 27 anos deste episódio, os cain-

ganges ainda não aceitam o desaparecimento destas áreas. E muitas vezes a Fundação Nacional do Índio (Funai) precisa recolher alguns deles, como o jovem Nício de Votouro, que teimam em voltar à terra dos "antigos".

Oliveira, agora com 44 anos, ainda se emociona quando conta a história do pai. "Lá na Ventarra tem um cemitério índio, que prova que a terra é nossa", diz ele. O cemitério é hoje apenas um monte de arbustos encravados no meio da lavoura de soja nas terras da família Valença, que comprou a gleba de um dos colonos beneficiados pela reforma agrária feita ali. Mas é uma referência para os índios.

Moirão

As marcas deixadas pelos indígenas nos locais que foram reservas, como este cemitério, estão sendo pesquisadas pelos caingangues. Na reserva de Nonoai vive Clemir Iraís, um jovem caingange que fez uma promessa ao seu pai. Ele comprometeu-se a encontrar nas glebas onde existia a reserva de Serrinha — entre Três Palmeiras e Ronda Alta — um moirão alto, o marco de um cemitério. Quando encontrá-lo avisará a Funai.

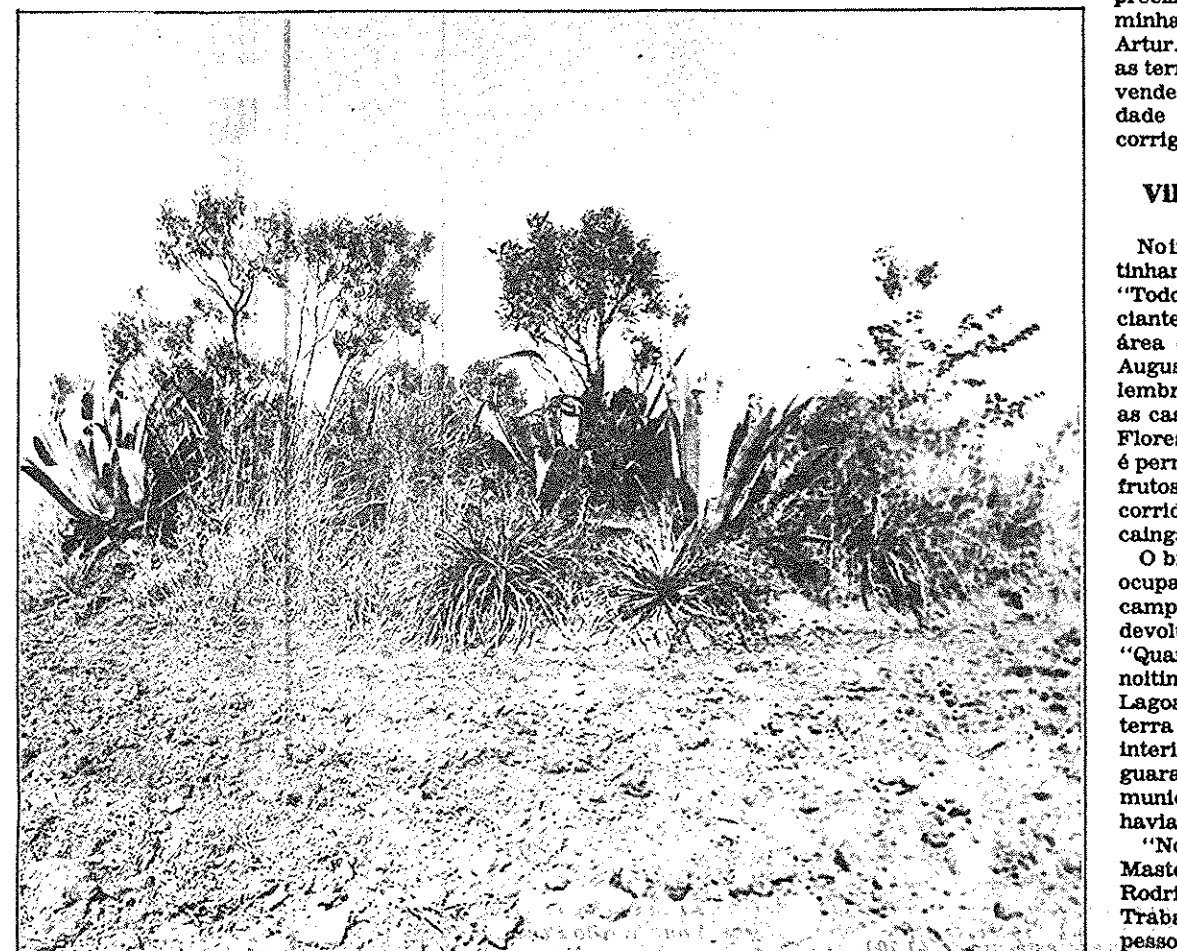
Há locais, como no município de Lagoão, onde as únicas coisas que ficaram de lembrança dos indígenas foram as suas lendas, e a miscigenação. Em algum lugar no Lagoão nos primeiros anos deste século existiu uma reserva indígena, inclusive mencionada nos documentos oficiais. O Lagoão é uma das regiões mais místicas do território gaúcho. Lá a mistura entre colonos e indígenas pode ser vista nos traços das pessoas. Fazem parte do folclore diversas histórias que misturam lendas indígenas e dos camponeses.



Kock: "Do clarear do dia à noiteinha"



Estação construída na reserva de Inhacorá



Ventarra: os arbustos, bem no meio da fazenda ocupada, guardam o que restou do velho cemitério índio

Até há pouco tempo ainda vivia por lá um bugre velho conhecido como Dorico. Segundo o camponês André Soares da Motta, Dorico foi pego a cachorro no final do século passado, no Lagoão, pelos primeiros colonizadores que chegaram ali. A sua mãe não resistiu ao cativo e morreu. Ele viveu por mais de 100 anos, e era apontado por todos como "um bugre xucro". Era um homem que passava dias caminhando nos matos. Morreu na semana passada, falando uma língua que ninguém entendia.

Experimental

"Provavelmente ele era um irmão guarani", comentou, ao saber da história de Dorico, Natálio Miguel, cacique caingange da reserva de Inhacorá, hoje município de Santo Augusto. Inhacorá em 1962 perdeu 7.060 hectares, onde foram feitos pelo governo do Estado uma Estação Experimental e um projeto de colonização. Naqueles tempos o cacique era gurizote. Ele lembra que as autoridades chegaram e comunicaram à comunidade indígena que iriam fazer uma Estação Experimental. "Nós passamos mais de um mês discutindo se a tal Estação seria boa ou não para o nosso povo. Depois da discussão se pensava que ela seria uma coisa grandiosa, que traria felicidades para todos", disse Emílio Gerônimo, 64 anos, tenente do cacique Miguel. Os caingangues se organizaram usando a estrutura militar. Gerônimo ajudou na implantação da Estação e do projeto de reforma agrária. "No final aconteceu um grande churrasco, mas os índios não foram convidados", lembrou o cacique.

Em 1978 os caingangues, comandados pelo ex-cacique Nelson Xancré, expulsaram os camponeses, e iniciaram um levante histórico. Em 1989 o vice-cacique Darci Camilo começou a auxiliar um agrimensor da Funai na

Brancos nem pensam deixar o que construíram

Nos primeiros meses de 1962, com alguns "pilas" no bolso, uma junta de bois emprestada, duas sacas de sementes de milho e nove filhos, o camponês Artur da Silva e sua esposa Amélia compraram em seis prestações uma gleba de 25 hectares do governo do Estado na reserva indígena de Ventarra, no atual município de Getúlio Vargas. Os primeiros tempos foram difíceis. Eles precisaram derrubar os pinheiros que existiam lá, para conseguir capital e fazer a roça. "Mas todo o sacrifício valia a pena, porque a terra era nossa", fala orgulhoso Silva, hoje com 68 anos.

A família Silva fazia parte de um contingente de 1.500 camponeses reassentados pelo governo do Estado em terras dos indígenas, bugres ou legítimos, como os velhos colonos os chamam. De uma maneira geral o começo foi difícil para todos. Na segunda metade da década de 60 as coisas ficaram mais fáceis para eles porque houve a consolidação das rodovias asfaltadas no território gaúcho, o que veio facilitar a comercialização. A maioria destes reassentados foi à falência na década de 70, quando aconteceu a implantação da lavoura da soja, que exige um alta tecnologia, e obriga a recorrer a bancos para custear a produção.

Das 25 famílias reassentadas em Ventarra restam apenas três. Nas outras áreas indígenas onde aconteceram reassentamentos o número de pessoas que ficaram também é baixo. Os Silva ainda estão lá porque arrendaram dois terços da terra e vivem do que o arrendatário paga. "Se não fizesse assim, precisaria correr aos bancos. E isto significaria entregar a minha terra para eles, como muitos vizinhos fizeram", diz Artur. Segundo Rui Alberto Valença, um dos que compraram as terras dos primeiros colonizadores de Ventarra, o pessoal vendeu tudo porque a terra produzia pouco. Hoje a produtividade lá é considerada muito boa, porque os solos foram corrigidos.

Vilarejos

No início da colonização das áreas indígenas as propriedades tinham em média 25 hectares. Hoje elas andam em torno de 75. "Todos têm documentação destas áreas", explicou o comerciante e agropecuarista Jorge Roncato, da Vila Coroados, uma área cortada da reserva indígena de Inhacorá, em Santo Augusto. Os moradores da vila, como Gentil Soares Branco, lembram que os primeiros tempos foram difíceis para montar as casas. "Isto tudo aqui era sertão", recordou. No Parque Florestal de Nonoai, que pertencera à reserva indígena, hoje não é permitida a entrada de índios para colher pinhões e outros frutos silvestres. Ainda na semana passada um garoto foi corrido a tiros por um dos guardas, segundo o capitão caingange Jorge Garcia.

O branco trouxe o progresso para as terras que os bugres ocupavam. Esta é a idéia geral entre os descendentes dos camponeses que vivem nas áreas que já foram indígenas. A devolução das terras aos índios é inadmissível para os colonos. "Quando chegamos aqui trabalhávamos do clarear do dia à noiteinha, sem descanso", lembra Willy Kock, 75 anos, da Vila Lagoa Três Cantos, interior de Tapera. "Estes bugres já têm terra demais", argumenta Carlos Zanatta, da Vila Tupi — interior de São Valentim —, que foi erguido nas terras dos guaranis. O comerciante João Antônio Costa, 62 anos, do município do Lagoão, recorda que "quando chegamos aqui só havia uma cacoeira velha dos índios nos matos".

"Nós não tivemos tempo de formular uma proposta dentro do Master a respeito das terras indígenas", disse Milton Serres Rodrigues, um dos criadores do extinto Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (Master). O Master aglutinava as pessoas que lutavam pela reforma agrária no Estado na década de 60, e foi colocado na clandestinidade pelo golpe militar de 64. A formulação de uma proposta dos sem-terra

demarcação da reserva, e morreu com um balaço na cabeça. O atual cacique José Orácio do Nascimento — Zé Lopes — entende que isto é um alerta para os caingangues de que os portugueses não aceitarão que seja cumprida a Constituição Federal, que lhes assegure o direito à terra perdida.

Nó

A morte de Camilo trouxe à tona uma articulação que vinha sendo feita na surdina nas reservas indígenas. Eles se organizam para tentar buscar na Justiça a terra que perderam. Por isto andam à cata de marcas de identificação. Os caciques não gostam de falar abertamente no assunto. Mas apontam o exemplo do Toldo do Chimbangue, na cidade catarinense de Chapecó. Lá no início do século uma empresa particular, por meios ainda não esclarecidos, conseguiu comprar aquela área e fazer um reassentamento com colonos do município gaúcho de Guaporé. Em 1988 os indígenas, com o auxílio do CIMI e da ANAI, conseguiram provar que aquelas terras foram suas, e que o governo federal indenizasse os camponeses e entregasse a gleba aos caingangues. "Conseguimos desatar aquele nó", afirmou uma liderança indígena.

Os índios calculam que agora, com a Constituição a seu favor, será mais fácil conseguir a terra de volta. O primeiro processo para reaver área já começou no Rio Grande do Sul. Os caingangues reivindicam 200 hectares na cidade de Iraí. O processo está na mesa do presidente da República. O cacique do Toldo Guarani — São Valentim —, João Antônio da Silva, possui mapas que provam que foram retirados mais de 500 hectares da reserva pelo Governo em 62, com a promessa de que a tribo seria ressarcida. Eles estão esperando até hoje.

Preconceito

O preconceito dos camponeses em relação aos indígenas era muito forte na década de 60, como provam inúmeros estudos. Isto, de uma certa maneira, contribuiu para que os projetos de reforma agrária nas terras dos bugres fossem implantados sem maiores resistências. Antônio Pereira de Souza, um agrimensor aposentado da extinta Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria da Agricultura e Abastecimento foi o responsável pela colonização de diversas reservas indígenas, entre elas a de Ventarra.

Segundo Souza, um dos motivos da extinção das reservas foi evitar a mistura de brancos com índios. Havia uma preocupação do Governo em barrar esta miscigenação, por vários motivos, entre eles que ela traria prejuízos aos indígenas e mais dores de cabeça às autoridades, porque estas pessoas, pela tradição indígena, não seriam aceitas na comunidade. Um estudo que está sendo feito pelo padre Eli Benicá, de Passo Fundo, a respeito do surgimento dos sem-terra, diz que uma parte do contingente de 130 mil famílias de sem-terra existente no Estado é composta pelo caboclo, que foi resultado da miscigenação dos indígenas com os negros paulistas, que construíram as ferrovias no Estado. O caboclo naqueles tempos era chamado pelo estudiosos de "nacional".

Para os economistas, como o professor Jurandir Zamberlan, do Centro de Pesquisas Econômicas da Universidade de Cruz Alta, o verdadeiro motivo que levou o Governo a tomar as terras indígenas foi econômico: "Basicamente o método de produção indígena não se enquadrava mais com as necessidades de mercado".

Árbitros

A disputa entre indígenas e colonos que se avizinha deverá ser mediada pelo Estado, União e pelos sindicatos. Os militantes da ANAI e do CIMI dão como certo que as áreas indígenas nas mãos do Estado serão devolvidas aos índios sem maiores problemas. O secretário da Agricultura e Abastecimento, Marcos Palombini, aceita esta hipótese "se a lei mandar". Mas quanto a mediar o conflito entre os índios e os camponeses prefere esperar clarear um pouco mais esta questão. Já estão sendo feitas algumas negociações, como em Iraí. Lá os caingangues estão reivindicando uma área de 200 hectares, onde ficam as nascentes das fontes hidrominerais e um aeroporto. O governo municipal está propondo uma permuta de gleba, segundo o secretário da Administração, Adelino Miron.

A nível sindical, a ocupação das terras indígenas pelos brancos ainda é discutida de maneira teórica, tanto de parte dos grandes produtores como dos pequenos. Uma corrente sindicalista entende que os índios são os legítimos donos das glebas, opinião que não encontra respaldo junto às bases. A União deverá atuar em duas frentes nesta questão. A primeira será via Funai, que tem a obrigação, dada pela Constituição, de demarcar as áreas em cinco anos. Um serviço que não será fácil, admite o delegado da Funai, Francisco Souza. A segunda frente será via Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que terá a tarefa de reassentar os colonos caso os indígenas consigam suas terras de volta. Na verdade este assunto hoje constrange todos os brancos.